

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CARGO 5: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA DE ATIVIDADE: APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE: ARQUIVOLOGIA

PROVA DISCURSIVA

APLICAÇÃO: 27/9/2015

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

A gestão de documentos é o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes a produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento dos documentos em fase corrente e intermediária, visando sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

As ações compreendidas pela gestão de documentos incluem a definição da política arquivística, que tem por objetivo produzir, manter e preservar documentos confiáveis, autênticos, acessíveis e compreensíveis, de maneira a apoiar suas funções e atividades. Essa política é iniciada com uma declaração oficial de intenções que especifica, de forma resumida, como será realizada a gestão no órgão ou entidade. A declaração pode incluir as linhas gerais do programa de gestão, bem como os procedimentos necessários para que essas intenções sejam alcançadas.

Tais ações compreendem, ainda, a designação de responsabilidades, que é um dos fatores que garantem o êxito da gestão arquivística de documentos. Nesse sentido, as autoridades responsáveis terão o dever de assegurar o cumprimento das normas e dos procedimentos previstos no programa de gestão. As responsabilidades devem ser distribuídas a todos os funcionários, de acordo com a função e a posição hierárquica de cada um, e envolver as várias categorias de servidores.

Elas incluem, também, o planejamento, que envolve o levantamento e a análise da realidade institucional, o estabelecimento das diretrizes e procedimentos a serem cumpridos pelo órgão ou entidade, o desenho do sistema de gestão arquivística de documentos e a elaboração de instrumentos e manuais.

Aplicando-se a gestão documental aos documentos digitais, tem-se a produção como a etapa de estabelecimento de políticas para a produção, organização e recuperação dos documentos no sistema utilizado. A fase da utilização compreende o registro de metadados do documento digital e sua tramitação em sistema computacional, enquanto a destinação engloba a avaliação desses registros para a definição da opção pela guarda permanente ou eliminação.